

EDITAL

| | | | |
|---|-------------------------------|--|--|
| Pregão Eletrônico nº 077/2026 | | Data de Abertura: 01/06/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br | |
| Nº do PE no compras.gov.br: 900772026 | | UASG: 925302 | Nº do Proc.: 22.000.045118.2025 |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA | | | |
| Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB | | | |
| Valor Total Estimado: R\$ 19.517.332,53 (dezenove milhões quinhentos e dezessete mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos) | | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (NÃO CONTÍNUOS) | | | |
| Registro de Preços? | Vistoria? | Amostra? | |
| NÃO | NÃO | SIM | |
| Exclusiva ME/EPP? | Cota Reservada ME/EPP? | Critério de Julgamento das Propostas? | |
| NÃO | NÃO | MENOR PREÇO | |
| Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO | | Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM | |
| <u>DESTAQUES</u> | | | |
| <p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p> | | | |



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.



2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de



2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;



- 5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.





6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 6.19. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);



- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

8.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

8.7.8. No caso da incidência de ICMS:

8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.2.1. conter vícios insanáveis;
- 9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.8. Considerando a exigência de apresentação de amostra no Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. A solicitação fundamentada do interessado para prorrogação de prazo de apresentação de amostra deverá ser encaminhada, antes de findo o prazo estabelecido no Termo de Referência, para o e-mail gelic07@centraldecompras.pb.gov.br ou outro informado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame.



- 9.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela(o) Pregoeira(o), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 9.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a(o) Pregoeira(o) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 10.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



- 10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



- 10.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.
- 10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 10.18.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 10.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 10.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

10.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

10.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



10.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

10.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

10.18.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.18.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.18.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.18.4. Relativos à Qualificação Técnica:

10.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

10.18.5. Disposições gerais sobre habilitação

10.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



10.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.18.6. **Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.18.7. **Documentos Complementares:**



a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

10.18.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.





13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic07@centraldecompras.pb.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO CONTRATO

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada



no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

- 16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Lista de materiais a serem impressos
- 16.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Quantitativo dos materiais a serem impressos
- 16.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
- 16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 16.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 16.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP
- 16.16. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

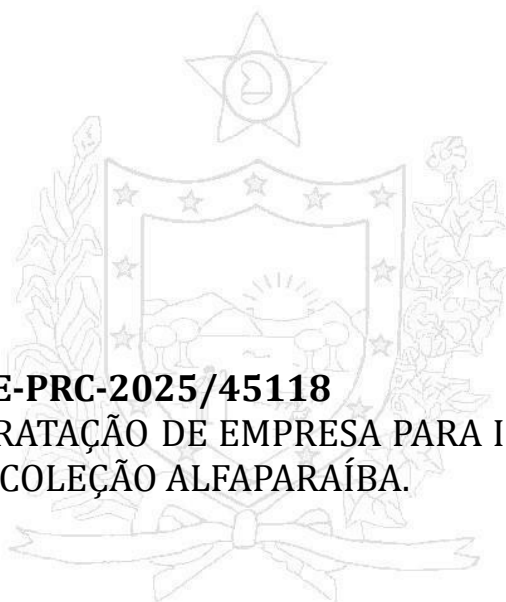
Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital



SADDIN20262785

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021



PROCESSO: SEE-PRC-2025/45118

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA.

DATA DE ABERTURA: 11/12/2025



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº SEE-PRC-2025/45118

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa para impressão dos materiais da Coleção ALFAPARAÍBA, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. Acondicionar os materiais em embalagens compostas, se possível, por materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.3. Serão exigidas amostras dos cadernos constantes no anexo II, sendo necessário apenas 1 (uma) unidade de cada livro e caderno.
- 4.4. As amostras deverão ser entregues no endereço: Secretaria de Estado da Educação - Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1 - Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900, no prazo limite de 7 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo, encaminhada para o e-mail definido no Edital ou informado pelo Pregoeiro ou agente de contratação.
- 4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
 - a) Livros e Cadernos: será analisado o papel utilizado, suas medidas no formato aberto e fechado, o tipo de encadernação e o processo de impressão;
- 4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.14. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato.
- 4.15. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.16. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.17. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

VISTORIA

- 4.18. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da data de Emissão da Ordem de Serviço.
 - 5.1.2. Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme segue:
 - 5.1.2.1. 1ª ENTREGA (1º semestre): Os livros e cadernos 1 e 2 deverão ser entregues em seu quantitativo total no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço e entregues no Almoxarifado Central da SEE/PB, no endereço constante no item 5.2.
 - 5.1.2.2. 2ª ENTREGA (2º semestre): Os cadernos 3 e 4 deverão ser entregues em seu quantitativo total no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço e entregues no Almoxarifado Central da SEE/PB, no endereço constante no item 5.2.
 - 5.1.3. Esclarecer, em tempo hábil, eventuais dúvidas e indagações da SEE.
 - 5.1.4. Descrição detalhada dos serviços gráficos:
 - 5.1.4.1. **Impressão do Livro do Estudante e Livro do Professor:**
 - 5.1.4.1.1. Processo: Offset. Encadernação: Colado no sistema PUR - lombada quadrada, de forma a garantir a integridade física do miolo. Impressão em frente e verso.
 - 5.1.4.1.2. Miolo: formato fechado: 210 x 295 mm, formato aberto: 420 x 295 mm, Papel: Off Set 90g/m², Cores: 4x4.
 - 5.1.4.1.3. Capa: formato fechado: 210 x 295 mm, formato aberto: 420 x 295 mm, Papel: Cartão Triplex 250g/m², acabamento: laminação brilho, Cores: 4x0.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

5.1.4.2. Impressão dos Cadernos:

5.1.4.2.1. Processo: Offset. Encadernação: Colado no sistema PUR - lombada quadrada, de forma a garantir a integridade física do miolo. Impressão em frente e verso.

5.1.4.2.2. Miolo: formato fechado: 210x297mm, formato aberto: 420x297mm. Papel: Off Set 90g/m², Cores: 4x4.

5.1.4.2.3. Capa: formato fechado: 210x297mm, formato aberto: 420x297mm. Papel: triplex 250g. Impressão policromia 4x4 a laser ou offset. Apresentando selo FSC impresso na capa.

LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

5.2. Todas as impressões gráficas deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Izabel Soares Gomes, S/N (lateral da BR-230, sentido Cabedelo-PB), Ernesto Geisel, João Pessoa - PB, 58075-015, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.3. A execução contratual observará o cumprimento das especificações listadas no item 5.1.4., no Anexo II e das obrigações contidas na minuta de contrato.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Os materiais dos modelos dos livros serão enviados posteriormente em arquivo digital (em qualidade) pelo setor solicitante, seguindo as especificações indicadas.

5.4.2. A lista de materiais e os quantitativos para o dimensionamento da proposta estão detalhados no anexo III.

5.4.3. A proposta deverá detalhar o valor unitário e total de cada item, além do valor total da proposta, conforme modelo de planilha de custos disponibilizado no anexo IV.

5.4.4. A contratada deverá se responsabilizar pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

FISCALIZAÇÃO

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.10. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII].
- 6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV].

GESTOR DO CONTRATO

- 6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV].
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).
- 7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
 - 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.15.1. o prazo de validade;
 - 7.15.2. a data da emissão;
 - 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.15.5. o valor a pagar; e
 - 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
 - 7.15.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

- 7.25. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.27.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.27.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

- 7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.4.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 30 % dos quantitativos licitados.
- 8.4.1.2. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:
- 8.4.1.3. Serviços gráficos de impressão.
- 8.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.4.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 8.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 22101;
- II) Fonte de Recursos: 569 / 500;
- III) Programa de Trabalho: 5006;
- IV) Elemento de Despesa: 33903900.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO (S)

- 11.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.
- 11.2. Anexo II - Lista de materiais a serem impressos.
- 11.3. Anexo III - Quantitativo dos materiais a serem impressos.
- 11.4. Anexo IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB
- CEP: 58015-900





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

João Pessoa,

Histórico de versões:

Criado em: 26/05/2025

Modificado em: 14/01/2026

Modificado em: 26/03/2026

Elaborado por:

Erivonaldo Alves da Silva

Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios

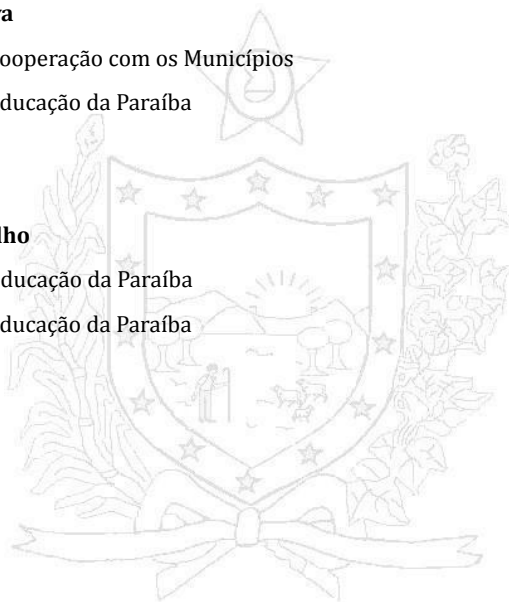
Secretaria de Estado da Educação da Paraíba

Aprovado por:

José Wilson Santiago Filho

Secretário de Estado da Educação da Paraíba

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB

- CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:49hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 9679702.88778852-4703 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778852-4703>



SEEPRC202545118V01



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:22.000.045118.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

| Item | Código | Descrição | Unidade | Qtde | R\$ Un. | LC 123/2006 |
|------|--------|---|---------|------|-------------|--------------------|
| 1 | 33027 | CONTRATAÇÃO de empresa para impressão de materiais didáticos. | Un | 1 | 19517332,53 | Ampla Concorrência |

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$19.517.332,53



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

ANEXO II - LISTA DE MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS

QUANTITATIVO DE PÁGINAS - MATERIAL DE CADA ETAPA

| Ano/área de conhecimento | Caderno | Nº de páginas caderno 1 | Nº de páginas caderno 2 | Nº de páginas caderno 3 | Nº de páginas caderno 4 |
|--------------------------|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1º ano LP | Livro do estudante | 178 | 158 | - | - |
| | Livro do professor | 182 | 190 | - | - |
| 1º ano Mat | Caderno do aluno | 56 | 56 | 56 | 56 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA | 28 | 32 | 32 | 32 |
| | Caderno de respostas | 36 | 28 | 36 | 36 |
| 2º ano LP | Livro do estudante | 194 | 170 | - | - |
| | Livro do professor | 206 | 199 | - | - |
| 2º ano Mat | Caderno do aluno | 56 | 56 | 56 | 56 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA e respostas | 62 | 62 | 64 | 68 |
| 3º ano LP | Caderno do aluno | 128 | 128 | 128 | 128 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 120 | 120 | 116 | 116 |
| | Caderno de respostas | 56 | 56 | 56 | 52 |
| 3º ano Mat | Caderno do aluno | 56 | 56 | 56 | 56 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 36 | 36 | 40 | 44 |
| | Caderno de respostas | 32 | 28 | 28 | 24 |
| 4º ano LP | Caderno do aluno | 112 | 112 | 112 | 112 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 84 | 96 | 92 | 100 |
| | Caderno de respostas | 36 | 36 | 36 | 40 |
| 4º ano Mat | Caderno do aluno | 84 | 84 | 84 | 84 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 48 | 52 | 52 | 60 |
| | Caderno de respostas | 32 | 36 | 28 | 28 |
| 5º ano LP | Caderno do aluno | 80 | 80 | 80 | 80 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 104 | 100 | 85 | 94 |
| 5º ano Mat | Caderno do aluno | 76 | 76 | 76 | 76 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 86 | 88 | 100 | 92 |

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:48hs.
Documento Nº: 9679702.88778916-3862 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778916-3862>



SEEPRC202545118V01

ANEXO III - QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS

QUANTITATIVO DE CADA ETAPA

| Ano/área de conhecimento | Caderno | Quantidade de alunos/ professores | Quantidade de alunos/professores + 2,5% | Quantitativo total de impressões |
|--------------------------|--|-----------------------------------|---|----------------------------------|
| 1º ano LP | Livro do estudante | 39.702 | 40.695 | 81.390 |
| | Livro do professor | 2.061 | 2.113 | 4.226 |
| 1º ano Mat | Caderno do aluno | 39.702 | 40.695 | 162.780 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA | 2.061 | 2.113 | 8.452 |
| | Caderno de respostas | 2.061 | 2.113 | 8.452 |
| 2º ano LP | Livro do estudante | 38.923 | 39.896 | 79.792 |
| | Livro do professor | 1.957 | 2.006 | 4.012 |
| 2º ano Mat | Caderno do aluno | 38.923 | 39.896 | 159.584 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA e respostas | 1.957 | 2.006 | 8.024 |
| | Caderno do aluno | 44.652 | 45.768 | 183.072 |
| 3º ano LP | Caderno de Orientações didáticas | 2.097 | 2.149 | 8.596 |
| | Caderno de respostas | 2.097 | 2.149 | 8.596 |
| | Caderno do aluno | 44.652 | 45.768 | 183.072 |
| 3º ano Mat | Caderno de Orientações didáticas | 2.097 | 2.149 | 8.596 |
| | Caderno de respostas | 2.097 | 2.149 | 8.596 |
| | Caderno do aluno | 43.902 | 45.000 | 180.000 |
| 4º ano LP | Caderno de Orientações didáticas | 1.960 | 2.009 | 8.036 |
| | Caderno de respostas | 1.960 | 2.009 | 8.036 |
| | Caderno de respostas | 1.960 | 2.009 | 8.036 |

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:48hs.
Documento Nº: 9679702.88778986-3645 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778986-3645>



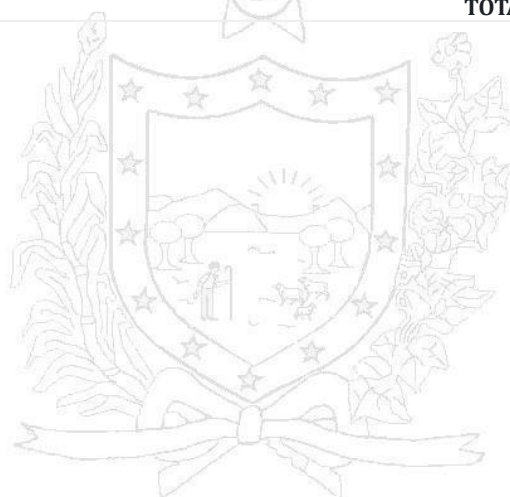
SEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

| | | | | |
|------------|--|--------|--------|-----------|
| 4º ano Mat | Caderno do aluno | 43.902 | 45.000 | 180.000 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 1.960 | 2.009 | 8.036 |
| | Caderno de respostas | 1.960 | 2.009 | 8.036 |
| 5º ano LP | Caderno do aluno | 43.807 | 44.902 | 179.608 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.018 | 2.068 | 8.272 |
| | Caderno do aluno | 43.807 | 44.902 | 179.608 |
| 5º ano Mat | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.018 | 2.068 | 8.272 |
| | TOTAL: | | | 1.685.144 |



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 14:48hs.
Documento Nº: 9679702.88778986-3645 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778986-3645>



SEEPRC202545118V01

ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| LIVROS/CADERNOS POR ETAPA | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|--|--|----------------------|-------------------|--|----------------------|-------------------|--|----------------------|-------------------|--|----------------------|-------------------|
| Ano/área de conhecimento | Caderno | Quantitativo de impressões - Caderno 1 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões - Caderno 2 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões - Caderno 3 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões - Caderno 4 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
| 1º ano LP | Livro do estudante | 40.695 | | | 40.695 | | | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.113 | | | 2.113 | | | - | - | - | - | - | - |
| 1º ano Mat | Caderno do aluno | 40.695 | | | 40.695 | | | 40.695 | | | 40.695 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA | 2.113 | | | 2.113 | | | 2.113 | | | 2.113 | | |
| | Caderno de respostas | 2.113 | | | 2.113 | | | 2.113 | | | 2.113 | | |
| 2º ano LP | Livro do estudante | 39.896 | | | 39.896 | | | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.006 | | | 2.006 | | | - | - | - | - | - | - |
| 2º ano Mat | Caderno do aluno | 39.896 | | | 39.896 | | | 39.896 | | | 39.896 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA e respostas | 2.006 | | | 2.006 | | | 2.006 | | | 2.006 | | |
| 3º ano LP | Caderno do aluno | 45.768 | | | 45.768 | | | 45.768 | | | 45.768 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | |

 SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900


 Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
 Documento Nº: 9679702.88779084-2505 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88779084-2505>


SEEPRC202545118V02



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

| | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|--------|---|--|--------|---|--|--------|---|--|--------|---|--|
| | Caderno de respostas | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | |
| | Caderno do aluno | 45.768 | | | 45.768 | | | 45.768 | | | 45.768 | | |
| 3º ano Mat | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | |
| | Caderno de respostas | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | | 2.149 | | |
| 4º ano LP | Caderno do aluno | 45.000 | | | 45.000 | | | 45.000 | | | 45.000 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | |
| | Caderno de respostas | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | |
| 4º ano Mat | Caderno do aluno | 45.000 | | | 45.000 | | | 45.000 | | | 45.000 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | |
| | Caderno de respostas | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | | 2.009 | | |
| 5º ano LP | Caderno do aluno | 44.902 | | | 44.902 | | | 44.902 | | | 44.902 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | | | 2.068 | | | 2.068 | | | 2.068 | | |
| 5º ano Mat | Caderno do aluno | 44.902 | | | 44.902 | | | 44.902 | | | 44.902 | | |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | | | 2.068 | | | 2.068 | | | 2.068 | | |
| TOTAL POR CADERNO (R\$): | | - | - | | - | - | | - | - | | - | - | |

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900

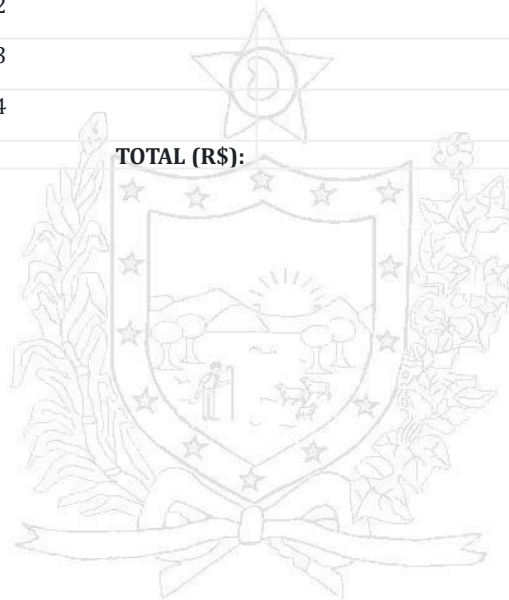


Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88779084-2505 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88779084-2505>



SEEPRC202545118V02

| VALOR TOTAL - LIVROS/CADERNOS POR ETAPA | |
|---|-------------------|
| Caderno | Valor Total (R\$) |
| Caderno 1 | |
| Caderno 2 | |
| Caderno 3 | |
| Caderno 4 | |
| TOTAL (R\$): | |



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88779084-2505 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88779084-2505>



SEEPRC202545118V02



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.000.045118.2025

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA
PARAÍBA - SEE/PB E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 22.000.045118.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 077/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor {Inicial_Total_Anual} do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.



(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <Multa Maxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<Multa MaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na



Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.



13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: 22101
- II) Fonte de Recursos: 569 / 500
- III) Programa de Trabalho: 5006
- IV) Elemento de Despesa: 33903900
- V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. (R\$) | Valor Total do Item (R\$) |
|------|-----------|-------|--------|----------------------|------------------------------|
| | | | | | |

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ETP | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021



PROCESSO Nº SEE-PRC-2025/45118
**OBJETO: NECESSIDADE DE IMPRESSÃO DOS MATERIAIS
DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA.**

DATA DE ABERTURA: 11/12/2025



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender a necessidade de fornecer materiais didáticos aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nos termos a seguir expostos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Número do Processo: SEE-PRC-2025/45118

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE/PB

Área solicitante: Secretaria Executiva de Cooperação com os Municípios - SECOM

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE APRESENTADA

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE/PB vem intensificando ações para promover avanços técnicos, operacionais e pedagógicos na rede estadual de ensino. A alocação de recursos financeiros para a contratação de serviços especializados é essencial para garantir uma educação pública de qualidade. Esse investimento tem gerado melhorias contínuas nos processos educacionais.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A Secretaria Executiva de Cooperação com os Municípios (SECOM) tem papel central na articulação pedagógica, especialmente através do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Esse programa tem como meta garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, além de recuperar a aprendizagem de alunos do 3º ao 5º ano afetados pela pandemia. O CNCA também promove a equidade educacional, considerando aspectos regionais, sociais e culturais, e fortalece a cooperação entre estados e municípios.

A impressão de materiais didáticos é fundamental para apoiar o ensino e consolidar a alfabetização, que é um processo gradual e que requer atenção especial. Livros e cadernos são recursos importantes que reforçam os conteúdos e auxiliam na compreensão dos alunos. Esses materiais também são essenciais para superar os prejuízos educacionais causados pela pandemia, oferecendo suporte ao estudo dentro e fora da sala de aula.

Além disso, a produção gráfica garante uniformidade e acesso igualitário, possibilitando que todos os estudantes, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso ao mesmo conteúdo de qualidade, promovendo a equidade educacional.

A necessidade atual de impressão se deve à insuficiência e desgaste do acervo existente, além do aumento no número de alunos. A quantidade solicitada corresponde ao número de estudantes e professores do Ciclo de Alfabetização (1º ao 5º ano) das redes estadual e municipal, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por meio da Sinopse Estatística da Educação Básica 2024.

Assim, a contratação busca viabilizar a produção e impressão desses materiais para o ano de 2026, atendendo professores e estudantes da rede pública, alinhados ao CNCA, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023. O objetivo é garantir a alfabetização na idade certa, conforme as metas estabelecidas:

- Alfabetizar todas as crianças até o fim do 2º ano do ensino fundamental.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- Garantir que ao menos 75% estejam alfabetizadas até o 5º ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Reduzir desigualdades entre grupos sociais, buscando uma razão de equidade de pelo menos 90%.

Portanto, a contratação da impressão de materiais didáticos é uma medida estratégica essencial para qualificar a rede pública de ensino da Paraíba, promover a alfabetização na idade adequada e combater o analfabetismo funcional, contribuindo para a melhoria contínua da educação no estado.

II. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A necessidade da presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2025 demonstrando o alinhamento da contratação ao planejamento da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba.

Por fim, vale ressaltar que o Plano de Contratações Anual (PCA) desempenha um papel crucial na gestão eficiente dos recursos públicos e na garantia da eficácia dos serviços prestados à população. Portanto, a SEE/PB demonstra o compromisso em garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e para o benefício dos alunos e da comunidade escolar.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando o disposto no inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que trata dos requisitos da contratação, a impressão de materiais didáticos, voltada à melhoria da qualidade da educação pública, deverá observar os requisitos estabelecidos a seguir:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos pretendidos, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;
- Demonstrar capacidade de fornecimento dos volumes requeridos dentro dos prazos estipulados, comprovando qualidade e atendimento aos requisitos técnicos e ambientais.
- Observância das diretrizes e normativas do Ministério da Educação (MEC) sobre conteúdo e estruturação dos livros didáticos;
- Considerar a economicidade, obtida pela análise da relação custo benefício dos materiais, sem sacrifício da qualidade e da sustentabilidade.
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado à SEE/PB, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa a ser contratada, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução dos serviços.
- Esclarecer, em tempo hábil, eventuais dúvidas e indagações da SEE/PB.
- Prestar os serviços nas condições e prazos estabelecidos pela SEE/PB.
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- Seguir todas as normas e regulamentações aplicáveis, incluindo leis ambientais relativas à produção e descarte de materiais, trabalhistas e de segurança.

IV. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A necessidade apresentada leva em consideração o atendimento aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental das redes estadual e municipal de ensino da Paraíba. Dessa forma, o quantitativo de impressões se trata do quantitativo de estudantes e professores que compreendem o público supracitado, contabilizando cadernos de atividades de Língua Portuguesa e Matemática, Cadernos de Orientações Didáticas e Cadernos de Respostas, **totalizando 1.685.144 impressões.**

A quantidade de materiais didáticos a serem impressos está respaldada em dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por meio da Sinopse Estatística da Educação Básica 2024. O quantitativo solicitado corresponde ao total de estudantes e professores do Ciclo de Alfabetização (1º ao 5º anos do Ensino Fundamental) da Rede Estadual e das redes municipais de ensino da Paraíba. Foi incluída, ainda, uma reserva técnica de 2,5%.

Cabe destacar que na contratação do ano de 2023 para o ano letivo de 2024 foram contemplados apenas o 1º e 2º anos. A contratação do ano de 2024 para o ano letivo de 2025 ampliou para o 5º ano. Na presente contratação, de 2025 para o ano letivo de 2026, houve uma expansão do público que passou a ser atendido, contemplando também os estudantes do 3º e 4º anos do ensino fundamental. Com isso, no ano letivo de 2026 serão atendidos os estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental da rede estadual e municipal de ensino.

- **Memória de cálculo:**

Para o ano de 2024, que contemplou 1º e 2º anos, o quantitativo foi de 230.956 impressões.

Para o ano de 2025, que contemplou 1º, 2º e 5º anos, o quantitativo foi de 1.372.687 impressões.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A demanda atual contempla do 1º ao 5º ano, com o quantitativo de 1.685.144 impressões.

Para fins de adequação da contratação, padronização de materiais e cumprimento de prazos, o quantitativo deve ser atendido por apenas 1 (uma) empresa, a qual realizará a impressão de todos os materiais nos prazos a serem estabelecidos.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a necessidade de impressão de cadernos de atividades do estudante e do professor destinado aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), foram identificadas algumas soluções de contratação. As principais soluções incluem:

- Solução 1: Impressão e confecção dos livros pela Subgerência de Produção Gráfica

A viabilização desta demanda, caso fosse atendida pela Subgerência de Produção Gráfica, demandaria um investimento considerável na aquisição contínua de equipamentos e materiais específicos. A Subgerência assumiria a responsabilidade integral pelo processo de impressão e produção dos livros e cadernos destinados aos alunos e professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Essa alternativa iria depender do uso dos próprios recursos da Secretaria de Educação, incluindo equipamentos gráficos especializados, equipe técnica qualificada e ampliação da infraestrutura física. A adoção dessa solução também exigiria um planejamento minucioso para garantir tanto a capacidade produtiva quanto a qualidade dos materiais e o cumprimento rigoroso dos prazos.

- Solução 2: Contratação de empresa especializada em serviço gráfico, por meio de Pregão Eletrônico

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A solução proposta consiste na realização de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa especializada em serviços gráficos, que será responsável pela impressão e confecção dos materiais didáticos, como livros e cadernos. A adoção desse modelo assegura maior competitividade, transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A contratação de empresa especializada proporciona benefícios significativos, como elevada qualidade na produção, assegurada pelo uso de tecnologia avançada, equipamentos modernos e mão de obra qualificada. Além disso, garante escalabilidade na produção, possibilitando o atendimento de grandes volumes, dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos na distribuição dos materiais aos alunos e professores.

- Solução 3: Convênios com Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Instituições Filantrópicas

Outra alternativa seria a formalização de convênios ou parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) ou instituições filantrópicas que disponham de capacidade para prestar serviços gráficos, no âmbito de projetos educacionais ou sociais. Essa solução pode representar uma redução de custos para a Administração, além de promover a cooperação em iniciativas de interesse público e o fortalecimento de ações sociais. Contudo, essa opção apresenta limitações, especialmente quanto à dependência da disponibilidade operacional, da capacidade produtiva dessas instituições e do atendimento aos prazos e quantitativos demandados.

Diante do exposto, levando em consideração fatores como capacidade de produção, alta demanda, qualidade dos materiais e prazos estabelecidos que podem comprometer o alcance dos resultados do CNCA, a contratação de empresa especializada em serviço gráfico se mostra a solução mais vantajosa e viável para o atendimento da demanda.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Para determinação dos preços referenciais, buscou-se via consulta ao mercado, valores de forma a alcançarmos preços mais próximos à realidade, conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO (R\$) |
|------|---|------------|----------------------|
| 1.0 | CONTRATAÇÃO de empresa para impressão de materiais didáticos. | 1 | R\$ 19.859.178,14 |

Foram consultados diversos fornecedores, conforme comprovantes anexos por meio de documento intitulado Anexo do ETP - Cotação, no entanto, obtivemos resposta de três empresas, sendo apenas duas com proposta válida. Dentre elas a Empresa Paraíba de Comunicação - EPC, que apresentou manifestação de não viabilidade técnica para impressão dos materiais.

A partir disso, obteve-se o menor valor estimado de R\$ 19.859.178,14 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e quatorze centavos). Cabe destacar que os preços unitários para a composição do valor estimado total estão detalhados em proposta anexa ao presente documento.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando o inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/2021, descrição da solução como um todo, a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE/PB apresenta como solução para suprir a necessidade de impressão dos materiais didáticos é a contratação de uma empresa especializada em serviços gráficos, por meio de um Pregão Eletrônico. Essa estratégia possibilitará o fornecimento de materiais de excelente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

qualidade à rede pública de ensino, com cumprimento dos prazos estipulados e com preços competitivos.

A contratação de um serviço gráfico para a produção de livros e cadernos de português e matemática configura-se como uma ação estratégica e imprescindível para apoiar o alcance das metas estabelecidas pelo CNCA.

Esse investimento em materiais didáticos de alto padrão é fundamental para assegurar a plena alfabetização das crianças e a recomposição das aprendizagens dos estudantes impactados pela pandemia, colaborando para a construção de uma base educacional sólida, prevenindo, assim, o risco do analfabetismo funcional.

Ademais, a qualidade da impressão interfere diretamente na clareza e na resistência dos materiais, aspectos essenciais para seu uso cotidiano nas salas de aula. Um serviço gráfico eficiente também assegura a produção em larga escala dentro dos prazos necessários, garantindo que os materiais sejam entregues a alunos e professores de forma oportuna, a tempo do início do ano letivo. Entre os principais benefícios previstos, destacam-se:

- **Alta Qualidade dos Materiais:**
 - Impressão e confecção de materiais didáticos com padrões elevados de qualidade, contribuindo para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.
- **Eficiência e Cumprimento de Prazos:**
 - Produção e entrega dos materiais dentro dos prazos estabelecidos, garantindo que os alunos e professores tenham acesso aos recursos necessários no início do ano letivo.
- **Competitividade de Preços:**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- Obtenção de preços competitivos por meio do Pregão Eletrônico, resultando em economia de recursos ao Erário Público da Educação.

- Sustentabilidade:

- Inclusão de critérios de sustentabilidade no processo de licitação, promovendo práticas ecologicamente corretas na produção dos materiais.

- Transparência e Conformidade:

- Garantia de um processo transparente e em conformidade com as normas legais, reduzindo riscos de fraudes e favorecimentos.

Portanto, a solução proposta garante a produção de livros didáticos de alta qualidade, alinhados com as normas técnicas e educacionais, assegurando a distribuição eficiente, suporte e assistência técnica. Isso resultará em um impacto positivo e duradouro na qualidade da educação oferecida aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental na Rede Pública de Ensino da Paraíba.

A solução proposta também segue o Princípio da Economicidade, conforme estabelece o artigo 5º da Lei 14133/2021, e sua seleção promove a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em alinhamento direto aos objetivos do processo licitatório definidos pelo artigo 11 da referida Lei, que visa assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a administração pública e a justa competição.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação do serviço de impressão de material gráfico contém um único item. A escolha por esse modelo fundamenta-se em diversos fatores técnicos, econômicos,

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

operacionais e mercadológicos. A contratação integral assegura a uniformidade técnica em todas as etapas do processo de produção e impressão dos livros didáticos, garantindo que todos os materiais sejam confeccionados com a mesma qualidade, design e especificações. Dividir a contratação poderia gerar variações indesejáveis na qualidade e na padronização dos produtos.

Optar pela licitação em um único item proporciona à SEE/PB a vantagem do poder de compra agregado, permitindo a impressão conjunta dos materiais, que atenderá a rede pública de ensino dos 223 municípios paraibanos. Esse modelo certamente viabiliza uma gestão mais eficiente, o que não seria possível se cada item fosse contratado separadamente.

Do ponto de vista operacional, a contratação de uma única empresa simplifica a logística de produção e distribuição dos livros didáticos. A gestão por um único fornecedor, responsável por todas as fases, desde a concepção até a entrega final, assegura maior eficiência e controle, reduzindo os riscos de atrasos e inconsistências que poderiam ocorrer se o processo fosse fragmentado entre múltiplos fornecedores, especialmente no aspecto logístico. No segmento de impressão e produção de materiais gráficos, os fornecedores tendem a oferecer condições mais vantajosas para contratos integrais, em função do volume e da segurança na continuidade dos serviços.

Ademais, justificamos que esse método tem o intuito de buscar garantir a padronização na impressão do material e a entrega dos itens, de forma oportuna, às Escolas da Rede Pública da Paraíba, na configuração de uma coleção. Essa estratégia assegura que os livros didáticos sejam entregues com a qualidade e a eficiência necessárias para suprir as demandas educacionais da Rede Pública de Ensino da Paraíba, contribuindo para o êxito do ano letivo de 2026.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Para atender às exigências da Lei 14.133/21, assegurando resultados positivos para a Administração, a contratação destinada à impressão de material gráfico configura-se como uma ação estratégica, com o objetivo de promover avanços significativos na qualidade da educação ofertada pela Rede Pública de Ensino da Paraíba. A seguir, apresentamos os benefícios, tanto concretos quanto subjetivos, que se espera alcançar, bem como os resultados previstos.

- **Elevação da Taxa de Alfabetização:** Assegurar que, até o término do ano de 2026, ao menos 65% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, superando os parâmetros definidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE).
- **Excelência nos Materiais Didáticos:** Disponibilizar materiais pedagógicos de elevada qualidade, alinhados aos padrões técnicos e educacionais vigentes, garantindo recursos eficazes e duradouros para o processo de ensino-aprendizagem.
- **Diminuição das Desigualdades Educacionais:** Favorecer a equidade no ensino, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua realidade socioeconômica, tenham acesso a materiais educacionais de qualidade.
- **Reforço da Confiança na Educação Pública:** Fortalecer a imagem da educação pública junto à comunidade, elevando a confiança de pais, alunos e da sociedade em geral na qualidade do ensino oferecido.

Assim, a contratação para a impressão de material gráfico representa uma iniciativa essencial e estratégica para impulsionar a qualidade da educação na Rede Pública de Ensino da Paraíba. Os benefícios esperados, tanto palpáveis quanto imateriais, são vastos e relevantes, englobando o avanço na alfabetização, a melhoria da qualidade dos materiais didáticos, a redução das desigualdades educacionais, o fortalecimento da credibilidade da educação pública, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e a promoção da

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

sustentabilidade. A execução eficiente e o acompanhamento constante desses resultados assegurarão o alcance dos objetivos propostos, contribuindo para uma educação de qualidade, inclusiva e indispensável ao desenvolvimento social e econômico do Estado da Paraíba.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para viabilizar a contratação dos serviços de impressão de material gráfico, é imprescindível que a Administração Pública adote uma série de ações e providências preliminares. Essas etapas são fundamentais para assegurar que todo o procedimento seja realizado de maneira legal, transparente e eficiente. A seguir, destacam-se as principais medidas que devem ser implementadas:

- Elaboração do planejamento logístico: Construção de um plano minucioso para a logística de distribuição dos materiais impressos, garantindo que sejam entregues a todas as unidades escolares dentro dos prazos estabelecidos.
- Integração com demais setores: Promoção de uma articulação eficiente entre as áreas de logística, finanças e educação, assegurando a execução bem-sucedida do projeto.
- Estabelecimento de métricas de desempenho: Definição de parâmetros objetivos que permitam monitorar e avaliar o andamento e os resultados da contratação.
- Desenvolvimento de um plano de acompanhamento: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para supervisionar a execução do contrato e assegurar que as metas sejam efetivamente cumpridas.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A referida contratação está interligada a outras contratações que são fundamentais para o planejamento e a execução eficaz do objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Essas contratações correlatas e/ou interdependentes são descritas a seguir:

- **Logística e Distribuição:** A distribuição eficiente dos livros didáticos às escolas estaduais é essencial para garantir que o material chegue a tempo para o início do ano letivo de 2026. Isso inclui:
 - **Transporte:** Serviços de transporte especializado para assegurar a entrega segura e pontual dos livros. A logística e a distribuição são críticas para garantir que os materiais estejam disponíveis nas escolas no prazo necessário, evitando atrasos que possam comprometer o início do ano letivo.

As contratações correlatas e/ou interdependentes descritas acima são essenciais para o sucesso da contratação principal de impressão de materiais gráficos. Elas impactam diretamente o planejamento e a execução do ETP, garantindo que os materiais didáticos sejam produzidos, distribuídos e utilizados de maneira eficaz. Uma abordagem integrada e coordenada entre essas contratações assegurará a qualidade e a eficácia do projeto, contribuindo significativamente para a melhoria da educação na Rede Pública de Ensino da Paraíba.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

A pretendida contratação pode gerar impactos ambientais significativos em diferentes etapas do processo, incluindo a produção, transporte e descarte dos materiais. Os principais impactos ambientais associados a esta contratação são:

- **Consumo de papel e recursos naturais:**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- Impacto: A produção de grandes volumes de papel para impressão consome uma quantidade significativa de recursos naturais, incluindo árvores, água e energia.
- Medidas Mitigadoras: Utilização de papel reciclado ou certificados garantem práticas florestais sustentáveis.
- **Emissões de gases de efeito estufa:**
 - Impacto: O processo de produção e transporte dos materiais gráficos contribui para a emissão de gases de efeito estufa (GEE), principalmente CO₂, devido ao uso de combustíveis fósseis.
 - Medidas Mitigadoras: Otimização das rotas de transporte para reduzir as distâncias percorridas e o consumo de combustível. Uso de veículos de transporte com menor emissão de poluentes e incentivo ao uso de energia renovável nas etapas de produção.
- **Geração de Resíduos Sólidos:**
 - Impacto: A produção de livros gera resíduos sólidos, incluindo aparas de papel, embalagens e outros materiais descartáveis.
 - Medidas Mitigadoras: Implementação de programas de reciclagem para resíduos de papel e outros materiais, promovendo a reutilização e redução de resíduos. Parceria com empresas de reciclagem para garantir o descarte adequado e sustentável.
- **Uso de Produtos Químicos:**
 - Impacto: A impressão gráfica utiliza tintas e outros produtos químicos que podem ser nocivos ao meio ambiente se não forem geridos adequadamente.
 - Medidas Mitigadoras: Utilização de tintas ecológicas à base de soja ou água, que têm menor impacto ambiental. Implementação de sistemas de gestão de produtos químicos para garantir o manuseio, armazenamento e descarte seguros.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A contratação proposta para a impressão de livros e materiais didáticos destinados aos estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública do Estado da Paraíba revela-se adequada, imprescindível e VIÁVEL, a fim de atender à demanda identificada pela Secretaria de Estado da Educação. A análise criteriosa realizada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) evidencia a necessidade premente de ações estruturadas que visem à elevação dos índices de alfabetização e à melhoria da qualidade do ensino.

Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram a urgência de intervenções eficazes para a elevação dos níveis de alfabetização entre os discentes da rede pública estadual. A contratação de serviços especializados de impressão de materiais didáticos, com padrões de excelência técnica e pedagógica, constitui-se como uma resposta estratégica e alinhada às diretrizes educacionais vigentes. A disponibilização desses recursos educacionais assegurará o acesso equânime a conteúdos qualificados, promovendo a redução das desigualdades educacionais e fortalecendo a equidade no ensino.

Os benefícios decorrentes da contratação são expressivos. Primordialmente, destaca-se a potencial elevação dos índices de alfabetização, resultado direto da oferta de materiais didáticos de alta qualidade. Paralelamente, observa-se o fortalecimento da credibilidade da educação pública perante a comunidade escolar, bem como o aprimoramento das práticas pedagógicas, decorrente da utilização de recursos adequados e atualizados pelos docentes. Ressalta-se, ainda, o impacto positivo a longo prazo, que beneficiará tanto os alunos atualmente matriculados quanto as gerações futuras.

Dessa forma, a contratação ora proposta apresenta-se como medida essencial para a superação da necessidade identificada, promovendo um avanço significativo na qualidade da educação pública estadual. Sua implementação assegurará benefícios duradouros, reforçando o compromisso institucional com a excelência educacional. Considerando os

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEPRC202545118V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

fundamentos técnicos apresentados e a análise detalhada constante neste ETP, recomenda-se a aprovação e a imediata execução da contratação, de modo a garantir o pleno atendimento dos objetivos educacionais e ambientais previamente estabelecidos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Erivonaldo Alves da Silva

Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios

Matrícula: 192.854-6

José Wilson Santiago Filho

Secretário de Estado da Educação da Paraíba



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 27/03/2026 - 15:04hs e [SEE96471] [SENHA]
ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 27/03/2026 - 15:18hs.
Documento Nº: 9679702.88778582-7493 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778582-7493>



SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:29

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATER...



SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA

2 mensagens

SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

16 de março de 2026 às

<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

10:19

Para: Cássyo Rynácio Ferreira dos Anjos <cassyo.anjos@epc.pb.gov.br>

Cco: Carol Nunes - Gráfica JB <orcamento2@grafjb.com.br>, luciana varela <luciana.varela@graficasantamarta.com.br>, contato@graficaenterprise.com.br, contato@deckgrafica.com.br, evidencegrafica@live.com

Prezado(a) Senhor(a),

A Secretaria de Educação do Estado da Paraíba está realizando processo de Registro de Preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA**, conforme previsto na Seção V, da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse sentido, solicitamos a gentileza de enviar sua proposta comercial, contendo as seguintes informações obrigatórias:

- Descrição detalhada do(s) item(ns)/serviço(s) ofertado(s);
- Quantidade e valores unitários e total;
- Prazo de entrega/execução;
- Validade da proposta;
- Assinatura e carimbo da empresa responsável.

Prazo para envio: **Solicitamos que a proposta seja enviada até 19/03/2026 até as 17:00hrs**, 3 dias úteis a partir do envio deste ofício, devidamente assinada e carimbada, por meio do e-mail setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br

Para maior entendimento nas especificações do objeto, está sendo enviado em anexo o Termo de Referência como todos os detalhes requeridos para a prestação do serviço. Caso permaneça alguma dúvida, solicitamos a formalização da mesma via e-mail para encaminhamento ao setor técnico demandante.

Informamos que o não envio da proposta no prazo estabelecido poderá inviabilizar a participação da empresa no processo em questão.

Desde já, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Anna Clara de Freitas Santos

Secretaria de Estado da Educação - SEE/PB

--

Atenciosamente,

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r-8432810377491173589&simpl=msg-a:r-5995396563...> 1/2



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>








SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:29

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATER...

Setor de Pesquisas.
Gerência de Licitações.
Secretaria de Estado da Educação - SEE/PB

5 anexos

-  **ANEXO I - ITENS A SEREM LICITADOS .docx (1).pdf**
148K
-  **ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.docx (2).pdf**
321K
-  **ANEXO III - QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS .docx (2).pdf**
261K
-  **ANEXO II - LISTA DE MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS.docx (1).pdf**
261K
-  **TERMO DE REFERÊNCIA.docx (4).pdf**
487K

Luciana Varela <luciana.varela@graficasantamarta.com.br> 17 de março de 2026 às 16:50
Para: SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES <setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>
Cc: Cássyo Rynácio Ferreira dos Anjos <cassyo.anjos@epc.pb.gov.br>

Prezados, boa tarde.

Em atendimento ao e-mail que recebemos em 16/03/2026, segue em anexo o orçamento da Gráfica Santa Marta Ltda.

Por gentileza, confirme o recebimento.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

At.te.




Luciana Varela
Contratos e Licitações

+55 83 9199-8735
luciana.varela@graficasantamarta.com.br

Unidade PB: +55 83 2106-2200
Unidade SP: +55 11 4391-9797



 **Proposta Reg de Preços - SEE Gov PB - 17.03.2026.pdf**
328K

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r-8432810377491173589&simpl=msg-a:r-5995396563...>

2/2



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>



SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:29

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - Negativa para a Contratação para impressão dos materiais da col...

SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>**Negativa para a Contratação para impressão dos materiais da coleção AlfaParaíba**

1 mensagem

Adriana Borba de Medeiros <adrianabm2712@epc.pb.gov.br>
Para: setordepesquisasgelic <setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

18 de março de 2026 às 14:19

Em atenção à solicitação encaminhada, pelo Processo SEE-PRC-2025/45118, a esta Empresa Pública(Empresa Paraibana de Comunicação), para a Contratação para impressão dos materiais da coleção AlfaParaíba, cumpre-nos apresentar manifestação técnica e administrativa acerca da possibilidade de atendimento da demanda. Inicialmente, cumpre registrar que a execução do referido material gráfico depende da disponibilidade prévia de insumos específicos e adequados ao padrão técnico exigido para a produção. Ocorre que, no presente momento, esta Empresa não dispõe em estoque dos insumos necessários para a execução do serviço solicitado. Ressalte-se que a aquisição de tais insumos encontra-se condicionada à prévia instauração de procedimento administrativo próprio, com a elaboração de Termo de Referência, formação de custos e posterior realização de processo licitatório, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da economicidade que regem a Administração Pública, bem como às normas aplicáveis às empresas públicas. Ademais, importa destacar que, mesmo após a regular contratação dos insumos mediante procedimento licitatório, a produção gráfica deverá observar rigorosamente a ordem cronológica das demandas e serviços já programados e em execução nesta Empresa, o que constitui medida necessária para assegurar a regularidade administrativa, a organização da produção e o cumprimento equitativo das solicitações institucionais. Nesse contexto, considerando que já nos encontramos na segunda quinzena do mês de março e que ainda não há licitação vigente destinada especificamente ao fornecimento dos insumos necessários para atendimento dessa natureza de demanda, conclui-se, sob o ponto de vista técnico e administrativo, pela inviabilidade material de execução do serviço no presente momento.

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1860021421457778000&simpl=msg-f:1860021421457...>

1/1



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>



SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:29

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATER...



SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA

2 mensagens

SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

Para: Fernando@ipsis.com.br

23 de março de 2026 às

12:14

Prezado(a) Senhor(a),

A Secretaria de Educação do Estado da Paraíba está realizando processo de Registro de Preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA**, conforme previsto na Seção V, da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse sentido, solicitamos a gentileza de enviar sua proposta comercial, contendo as seguintes informações obrigatórias:

- Descrição detalhada do(s) item(ns)/serviço(s) ofertado(s);
- Quantidade e valores unitários e total;
- Prazo de entrega/execução;
- Validade da proposta;
- Assinatura e carimbo da empresa responsável.

Prazo para envio: **Solicitamos que a proposta seja enviada até 26/03/2026 até as 17:00hrs**, devidamente assinada e carimbada, por meio do e-mail setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br

Para maior entendimento nas especificações do objeto, está sendo enviado em anexo o Termo de Referência como todos os detalhes requeridos para a prestação do serviço. Caso permaneça alguma dúvida, solicitamos a formalização da mesma via e-mail para encaminhamento ao setor técnico demandante.

Informamos que o não envio da proposta no prazo estabelecido poderá inviabilizar a participação da empresa no processo em questão.

Desde já, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Anna Clara de Freitas Santos

Secretaria de Estado da Educação - SEE/PB

--

Atenciosamente,
Setor de Pesquisas.
Gerência de Licitações.
Secretaria de Estado da Educação - SEE/PB

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r7823411327782077756&simpl=msg-a:r82147887600...>

1/2



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>








SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:29

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATER...

5 anexos

-  **ANEXO II - LISTA DE MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS.docx (1) (1).pdf**
261K
-  **ANEXO I - ITENS A SEREM LICITADOS .docx (1) (1).pdf**
148K
-  **TERMO DE REFERÊNCIA.docx (4) (1).pdf**
487K
-  **ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.docx (2) (1).pdf**
321K
-  **ANEXO III - QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS .docx (2) (1).pdf**
261K

SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

<setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

Para: Fernando@ipsis.com.br

25 de março de 2026 às

09:29

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o **prazo para envio da proposta se encerra amanhã (26/03) às 17hrs.**

Atenciosamente,

Anna Clara de Freitas Santos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r7823411327782077756&simpl=msg-a:r82147887600...>

2/2



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>



SEEPRC202545118V01

26/03/2026, 09:30

E-mail de Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - PROPOSTA IPSIS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPR...



SETOR DE PESQUISAS DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES <setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br>

PROPOSTA IPSIS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA

Michelle Vitorino <michelle.vitorino@ipsis.com.br>
Para: setordepesquisasgelic@see.pb.gov.br

25 de março de 2026 às 11:26

Prezados,

Encaminhamos anexo nossa Proposta Comercial referente ao processo de Registro de Preço, para impressão dos materiais da Coleção Alfaparaíba, conforme solicitado.

A proposta contempla todas as informações exigidas no edital, incluindo prazos, condições de fornecimento e validade. Os valores detalhados permanecem organizados na planilha enviada em conjunto, para melhor visualização e conferência.

Permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

Michelle Vitorino

Comercial

michelle.vitorino@ipsis.com.br

11 2172-0511 / 2272-0511

www.ipsis.com.br
@ipsisgrafica



A arte de transformar sonhos em realidade



PROPOSTA IPSIS LICITACAO SECRETARIA DE EDUCACAO ESTADO DA PARAIBA - 25 DE MARÇO DE 2026.pdf
1026K

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=861953b706&view=pt&search=all&permmsgid=msg-f:1860644429258323419&simpl=msg-f:1860644429258...> 1/1



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento Nº: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>



SEEPRC202545118V01



A
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA
A/C: CENTRAL DE COMPRAS DO GOVERNO DO ESTADO

Ref.: Proposta para Processo de Registro de Preço nº 001/2025 – Processo nº 22.000.045118.2025

Prezados Senhores,

A **Gráfica Santa Marta Ltda., CNPJ/MF: 09.098.419/0001-00**, com sede na Rua Hortêncio Ribeiro de Luna, 3333 – Distrito Industrial – CEP: 58.081-400 – João Pessoa/PB, através de seu Representante Legal, Sr. Edson Cunha Neto – Diretor Superintendente – CPF: 646.450.704-44, apresenta, em atendimento ao Termo de Referência do Processo de Registro de Preço e ao Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços, recebidos por e-mail em 21/01/2026, a seguinte proposta de preço, que tem validade de 90 (noventa) dias:

| LIVROS/CADERNOS POR ETAPA | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|
| Ano/área de conhecimento | Caderno | Quantitativo de impressões Caderno 1 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 2 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 3 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 4 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
| 1º ano LP | Livro do estudante | 40.695 | R\$ 21,82 | R\$ 887.964,90 | 40.695 | R\$ 19,79 | R\$ 805.354,05 | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.113 | R\$ 44,19 | R\$ 93.373,47 | 2.113 | R\$ 43,53 | R\$ 91.978,89 | - | - | - | - | - | - |
| 1º ano Mat | Caderno do aluno | 40.695 | R\$ 7,51 | R\$ 305.619,45 | 40.695 | R\$ 7,51 | R\$ 305.619,45 | 40.695 | R\$ 7,51 | R\$ 305.619,45 | 40.695 | R\$ 7,51 | R\$ 305.619,45 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA | 2.113 | R\$ 13,26 | R\$ 28.018,38 | 2.113 | R\$ 11,03 | R\$ 23.306,39 | 2.113 | R\$ 11,03 | R\$ 23.306,39 | 2.113 | R\$ 11,03 | R\$ 23.306,39 |

www.santamartaind.com.br

Matriz: Cnpj: 09.098.419/0001-00 - Rua Hortêncio R de Luna, 3333 - Dist Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58081-400 - Tel: 83 2106-2200

Filial: Cnpj: 09.098.419/0008-79 - Rua André Rosa Coppini, 60/90 - Esquina Oneda 519 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09895-310 - Tel: 11 4391-9797



SEEPRC202545118V01



| | | | | | | | | | | | | | |
|------------|--|--------|-----------|----------------|--------|-----------|----------------|--------|-----------|----------------|--------|-----------|----------------|
| | Caderno de respostas | 2.113 | R\$ 13,55 | R\$ 28.631,15 | 2.113 | R\$ 13,54 | R\$ 28.610,02 | 2.113 | R\$ 13,55 | R\$ 28.631,15 | 2.113 | R\$ 13,55 | R\$ 28.631,15 |
| 2º ano LP | Livro do estudante | 39.896 | R\$ 23,39 | R\$ 933.167,44 | 39.896 | R\$ 20,92 | R\$ 834.624,32 | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.006 | R\$ 48,55 | R\$ 97.391,30 | 2.006 | R\$ 47,96 | R\$ 96.207,76 | - | - | - | - | - | - |
| 2º ano Mat | Caderno do aluno | 39.896 | R\$ 7,53 | R\$ 300.416,88 | 39.896 | R\$ 7,53 | R\$ 300.416,88 | 39.896 | R\$ 7,53 | R\$ 300.416,88 | 39.896 | R\$ 7,53 | R\$ 300.416,88 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA e respostas | 2.006 | R\$ 19,44 | R\$ 38.996,64 | 2.006 | R\$ 19,44 | R\$ 38.996,64 | 2.006 | R\$ 19,44 | R\$ 38.996,64 | 2.006 | R\$ 22,10 | R\$ 44.332,60 |
| 3º ano LP | Caderno do aluno | 45.768 | R\$ 14,26 | R\$ 652.651,68 | 45.768 | R\$ 14,26 | R\$ 652.651,68 | 45.768 | R\$ 14,26 | R\$ 652.651,68 | 45.768 | R\$ 14,26 | R\$ 652.651,68 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | R\$ 30,26 | R\$ 65.028,74 | 2.149 | R\$ 30,26 | R\$ 65.028,74 | 2.149 | R\$ 29,83 | R\$ 64.104,67 | 2.149 | R\$ 29,83 | R\$ 64.104,67 |
| | Caderno de respostas | 2.149 | R\$ 18,59 | R\$ 39.949,91 | 2.149 | R\$ 18,59 | R\$ 39.949,91 | 2.149 | R\$ 18,59 | R\$ 39.949,91 | 2.149 | R\$ 18,23 | R\$ 39.176,27 |
| 3º ano Mat | Caderno do aluno | 45.768 | R\$ 7,46 | R\$ 341.429,28 | 45.768 | R\$ 7,46 | R\$ 341.429,28 | 45.768 | R\$ 7,46 | R\$ 341.429,28 | 45.768 | R\$ 7,46 | R\$ 341.429,28 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | R\$ 13,48 | R\$ 28.968,52 | 2.149 | R\$ 13,48 | R\$ 28.968,52 | 2.149 | R\$ 13,82 | R\$ 29.699,18 | 2.149 | R\$ 16,30 | R\$ 35.028,70 |
| | Caderno de respostas | 2.149 | R\$ 10,99 | R\$ 23.617,51 | 2.149 | R\$ 13,46 | R\$ 28.925,54 | 2.149 | R\$ 13,46 | R\$ 28.925,54 | 2.149 | R\$ 10,98 | R\$ 23.596,02 |
| 4º ano LP | Caderno do aluno | 45.000 | R\$ 12,74 | R\$ 573.300,00 | 45.000 | R\$ 12,74 | R\$ 573.300,00 | 45.000 | R\$ 12,74 | R\$ 573.300,00 | 45.000 | R\$ 12,74 | R\$ 573.300,00 |

www.santamartaind.com.br

Matriz: Cnpj: 09.098.419/0001-00 - Rua Hortêncio R de Luna, 3333 - Dist Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58081-400 - Tel: 83 2106-2200

Filial: Cnpj: 09.098.419/0008-79 - Rua André Rosa Coppini, 60/90 - Esquina Oneda 519 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09895-310 - Tel: 11 4391-9797



SEEPRC202545118V01



| | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|--------|-----------|------------------|--------|-----------|------------------|--------|-----------|------------------|--------|-----------|------------------|
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | R\$ 25,07 | R\$ 50.365,63 | 2.009 | R\$ 25,45 | R\$ 51.129,05 | 2.009 | R\$ 28,08 | R\$ 56.412,72 | 2.009 | R\$ 28,10 | R\$ 56.452,90 |
| | Caderno de respostas | 2.009 | R\$ 14,19 | R\$ 28.507,71 | 2.009 | R\$ 14,19 | R\$ 28.507,71 | 2.009 | R\$ 14,19 | R\$ 28.507,71 | 2.009 | R\$ 14,52 | R\$ 29.170,68 |
| 4º ano Mat | Caderno do aluno | 45.000 | R\$ 10,14 | R\$ 456.300,00 | 45.000 | R\$ 10,14 | R\$ 456.300,00 | 45.000 | R\$ 10,14 | R\$ 456.300,00 | 45.000 | R\$ 10,14 | R\$ 456.300,00 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | R\$ 19,21 | R\$ 38.592,89 | 2.009 | R\$ 19,21 | R\$ 38.592,89 | 2.009 | R\$ 19,21 | R\$ 38.592,89 | 2.009 | R\$ 22,22 | R\$ 44.639,98 |
| | Caderno de respostas | 2.009 | R\$ 11,72 | R\$ 23.545,48 | 2.009 | R\$ 14,36 | R\$ 28.849,24 | 2.009 | R\$ 14,38 | R\$ 28.889,42 | 2.009 | R\$ 14,38 | R\$ 28.889,42 |
| 5º ano LP | Caderno do aluno | 44.902 | R\$ 9,70 | R\$ 435.549,40 | 44.902 | R\$ 9,70 | R\$ 435.549,40 | 44.902 | R\$ 9,70 | R\$ 435.549,40 | 44.902 | R\$ 9,70 | R\$ 435.549,40 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | R\$ 28,08 | R\$ 58.069,44 | 2.068 | R\$ 27,73 | R\$ 57.345,64 | 2.068 | R\$ 25,12 | R\$ 51.948,16 | 2.068 | R\$ 25,14 | R\$ 51.989,52 |
| 5º ano Mat | Caderno do aluno | 44.902 | R\$ 9,47 | R\$ 425.221,94 | 44.902 | R\$ 9,47 | R\$ 425.221,94 | 44.902 | R\$ 9,47 | R\$ 425.221,94 | 44.902 | R\$ 9,43 | R\$ 423.425,86 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | R\$ 25,44 | R\$ 52.609,92 | 2.068 | R\$ 25,44 | R\$ 52.609,92 | 2.068 | R\$ 28,05 | R\$ 58.007,40 | 2.068 | R\$ 28,02 | R\$ 57.945,36 |
| TOTAL POR CADERNO (R\$): | | | | R\$ 6.007.287,66 | | | R\$ 5.829.473,86 | | | R\$ 4.006.460,41 | | | R\$ 4.015.956,21 |

www.santamartaind.com.br

Matriz: Cnpj: 09.098.419/0001-00 - Rua Hortêncio R de Luna, 3333 - Dist Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58081-400 - Tel: 83 2106-2200

Filial: Cnpj: 09.098.419/0008-79 - Rua André Rosa Coppini, 60/90 - Esquina Oneda 519 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09895-310 - Tel: 11 4391-9797



SEEPRC202545118V01





| VALOR TOTAL - LIVROS/CADERNOS POR ETAPA | |
|---|--------------------------|
| Caderno | Valor Total (R\$) |
| Caderno 1 | R\$ 6.007.287,66 |
| Caderno 2 | R\$ 5.829.473,86 |
| Caderno 3 | R\$ 4.006.460,41 |
| Caderno 4 | R\$ 4.015.956,21 |
| TOTAL (R\$): | R\$ 19.859.178,14 |

I - O licitante declara que:

I.1 – A Proposta de Preço tem o valor total de **R\$ 19.859.178,14 (Dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e quatorze centavos)**

I.2 - Esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Termo de Referência, às quais adere formalmente;

I.3 – O início da execução do objeto será em 5 (cinco) dias da data de Emissão da Ordem de Serviço e o prazo para execução é de 20 (vinte) dias úteis, também contados da Emissão da Ordem de Serviço, com entrega na Rua Izabel Soares Gomes, S/N (lateral da BR-230, sentido Cabedelo-PB), Ernesto Geisel, João Pessoa – PB, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 16h30.

I.4 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

II - Dados da Empresa

Razão Social: Gráfica Santa Marta Ltda - CNPJ/MF: 09.098.419/0001-00

Endereço: Rua Hortêncio Ribeiro de Luna, 3333 – Distrito Industrial – CEP: 58.081-400 – João Pessoa/PB

www.santamartaind.com.br

Matriz: Cnpj: 09.098.419/0001-00 - Rua Hortêncio R de Luna, 3333 - Dist Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58081-400 - Tel: 83 2106-2200

Filial: Cnpj: 09.098.419/0008-79 - Rua André Rosa Coppini, 60/90 - Esquina Oneda 519 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09895-310 - Tel: 11 4391-9797



SEEPRC202545118V01





Nome para contato: Luciana Varela – Cargo: Especialista de Contratos e Licitações
Endereço Eletrônico (e-mail): luciana.varela@graficasantamarta.com.br – Tel: (83) 99199-8735

João Pessoa, 17 de março de 2026.

**EDSON
CUNHA**
NETO:64645
070444

Assinado digitalmente por EDSON
CUNHA NETO:64645070444
ID: C=BR, CN=EDSON CUNHA
NETO:64645070444, O=ICP-Brasil,
OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.03.17 16:47:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

EDSON CUNHA NETO
DIRETOR SUPERINTENDENTE

CNPJ 09.098.419/0001-00
GRÁFICA SANTA MARTA LTDA
Rua: Hortêncio Ribeiro de Luna, 3333
Distrito Industrial – CEP 58.081-400
João Pessoa-PB

www.santamartaind.com.br

Matriz: Cnpj: 09.098.419/0001-00 - Rua Hortêncio R de Luna, 3333 - Dist Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58081-400 - Tel: 83 2106-2200
Filial: Cnpj: 09.098.419/0008-79 - Rua André Rosa Coppini, 60/90 - Esquina Oneda 519 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09895-310 - Tel: 11 4391-9797



SEEPRC202545118V01



Assinado com senha por [SEE122608] [SENHA] ANNA CLARA DE FREITAS SANTOS em 26/03/2026 - 10:50hs.
Documento N°: 9679702.88778669-6587 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9679702.88778669-6587>



PROPOSTA COMERCIAL – REGISTRO DE PREÇO

COLEÇÃO ALFAPARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, no 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900

IPSIS GRÁFICA E EDITORA S/A.

CNPJ: 61.407.078/0001-10 | Inscrição Estadual: 626.392.746.110 | Inscrição Municipal: 203424

Rua Vereador José Nanci, 151 – Parque Jaçatuba – Santo André/SP | CEP: 09290-415

Telefone: (11) 2172-0511

PROCESSO:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS

MATERIAIS DA COLEÇÃO ALFAPARAÍBA.

Descrição dos serviços e valores conforme planilha de itens enviada separadamente na tabela abaixo:



ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Ano/área de conhecimento | Caderno | Quantitativo de impressões Caderno 1 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 2 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 3 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Quantitativo de impressões Caderno 4 | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|--------------------------|--|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------|
| 1º ano LP | Livro do estudante | 40.695 | R\$ 23,10 | R\$ 940.054,50 | 40.695 | R\$ 20,95 | R\$ 852.560,25 | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.113 | R\$ 46,79 | R\$ 98.867,27 | 2.113 | R\$ 46,09 | R\$ 97.388,17 | - | - | - | - | - | - |
| 1º ano Mat | Caderno do aluno | 40.695 | R\$ 8,04 | R\$ 327.187,80 | 40.695 | R\$ 8,04 | R\$ 327.187,80 | 40.695 | R\$ 8,04 | R\$ 327.187,80 | 40.695 | R\$ 8,04 | R\$ 327.187,80 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA | 2.113 | R\$ 14,20 | R\$ 30.004,60 | 2.113 | R\$ 11,80 | R\$ 24.933,40 | 2.113 | R\$ 11,80 | R\$ 24.933,40 | 2.113 | R\$ 11,80 | R\$ 24.933,40 |
| | Caderno de respostas | 2.113 | R\$ 14,51 | R\$ 30.659,63 | 2.113 | R\$ 14,49 | R\$ 30.617,37 | 2.113 | R\$ 14,51 | R\$ 30.659,63 | 2.113 | R\$ 14,51 | R\$ 30.659,63 |
| 2º ano LP | Livro do estudante | 39.896 | R\$ 25,32 | R\$ 1.010.166,72 | 39.896 | R\$ 22,64 | R\$ 903.245,44 | - | - | - | - | - | - |
| | Livro do professor | 2.006 | R\$ 52,55 | R\$ 105.415,30 | 2.006 | R\$ 51,90 | R\$ 104.111,40 | - | - | - | - | - | - |
| 2º ano Mat | Caderno do aluno | 39.896 | R\$ 8,24 | R\$ 328.743,04 | 39.896 | R\$ 8,24 | R\$ 328.743,04 | 39.896 | R\$ 8,24 | R\$ 328.743,04 | 39.896 | R\$ 8,24 | R\$ 328.743,04 |
| | Caderno de Orientações didáticas PCA e respostas | 2.006 | R\$ 21,27 | R\$ 42.667,62 | 2.006 | R\$ 21,27 | R\$ 42.667,62 | 2.006 | R\$ 21,27 | R\$ 42.667,62 | 2.006 | R\$ 24,18 | R\$ 48.505,08 |
| | Caderno do aluno | 45.768 | R\$ 15,78 | R\$ 722.219,04 | 45.768 | R\$ 15,78 | R\$ 722.219,04 | 45.768 | R\$ 15,78 | R\$ 722.219,04 | 45.768 | R\$ 15,78 | R\$ 722.219,04 |
| 3º ano LP | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | R\$ 33,47 | R\$ 71.927,03 | 2.149 | R\$ 33,47 | R\$ 71.927,03 | 2.149 | R\$ 32,99 | R\$ 70.895,51 | 2.149 | R\$ 32,99 | R\$ 70.895,51 |
| | Caderno de respostas | 2.149 | R\$ 20,56 | R\$ 44.183,44 | 2.149 | R\$ 20,56 | R\$ 44.183,44 | 2.149 | R\$ 20,56 | R\$ 44.183,44 | 2.149 | R\$ 20,16 | R\$ 43.323,84 |



SEEPRC202545118V01



| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|---------|-----|-------|-----|--------------|---------|-----|-------|-----|--------------|---------|-----|-------|-----|--------------|
| 3º ano Mat | Caderno do aluno | 45.768 | R\$ | 7,94 | R\$ | 363.397,92 | 45.768 | R\$ | 7,94 | R\$ | 363.397,92 | 45.768 | R\$ | 7,94 | R\$ | 363.397,92 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.149 | R\$ | 14,35 | R\$ | 30.838,15 | 2.149 | R\$ | 14,35 | R\$ | 30.838,15 | 2.149 | R\$ | 14,71 | R\$ | 31.611,79 |
| | Caderno de respostas | 2.149 | R\$ | 11,70 | R\$ | 25.143,30 | 2.149 | R\$ | 14,34 | R\$ | 30.816,66 | 2.149 | R\$ | 14,34 | R\$ | 30.816,66 |
| 4º ano LP | Caderno do aluno | 45.000 | R\$ | 14,24 | R\$ | 640.800,00 | 45.000 | R\$ | 14,24 | R\$ | 640.800,00 | 45.000 | R\$ | 14,24 | R\$ | 640.800,00 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | R\$ | 28,02 | R\$ | 56.292,18 | 2.009 | R\$ | 28,44 | R\$ | 57.135,96 | 2.009 | R\$ | 31,38 | R\$ | 63.042,42 |
| | Caderno de respostas | 2.009 | R\$ | 15,86 | R\$ | 31.862,74 | 2.009 | R\$ | 15,86 | R\$ | 31.862,74 | 2.009 | R\$ | 15,86 | R\$ | 31.862,74 |
| 4º ano Mat | Caderno do aluno | 45.000 | R\$ | 11,03 | R\$ | 496.350,00 | 45.000 | R\$ | 11,03 | R\$ | 496.350,00 | 45.000 | R\$ | 11,03 | R\$ | 496.350,00 |
| | Caderno de Orientações didáticas | 2.009 | R\$ | 20,91 | R\$ | 42.008,19 | 2.009 | R\$ | 20,91 | R\$ | 42.008,19 | 2.009 | R\$ | 20,91 | R\$ | 42.008,19 |
| | Caderno de respostas | 2.009 | R\$ | 12,75 | R\$ | 25.614,75 | 2.009 | R\$ | 15,62 | R\$ | 31.380,58 | 2.009 | R\$ | 15,65 | R\$ | 31.440,85 |
| 5º ano LP | Caderno do aluno | 44.902 | R\$ | 10,79 | R\$ | 484.492,58 | 44.902 | R\$ | 10,79 | R\$ | 484.492,58 | 44.902 | R\$ | 10,79 | R\$ | 484.492,58 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | R\$ | 31,22 | R\$ | 64.562,96 | 2.068 | R\$ | 30,82 | R\$ | 63.735,76 | 2.068 | R\$ | 27,92 | R\$ | 57.738,56 |
| | Caderno de respostas | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 30,36 | R\$ | 62.784,48 |
| 5º ano Mat | Caderno do aluno | 44.902 | R\$ | 10,25 | R\$ | 460.245,50 | 44.902 | R\$ | 10,25 | R\$ | 460.245,50 | 44.902 | R\$ | 10,25 | R\$ | 460.245,50 |
| | Caderno de Orientações didáticas e respostas | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 30,36 | R\$ | 62.784,48 |
| | Caderno de respostas | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 27,54 | R\$ | 56.952,72 | 2.068 | R\$ | 30,36 | R\$ | 62.784,48 |
| TOTAL POR CADERNO (R\$): | | 463.641 | | | R\$ | 6.530.656,98 | 463.641 | | | R\$ | 6.339.800,76 | 378.931 | | | R\$ | 4.388.081,17 |



SEEPRC202545118V01



| VALOR TOTAL - LIVROS/CADERNOS POR ETAPA | | |
|---|----------------------------|-------------------------------|
| Caderno | Valor Total (R\$) | |
| Caderno 1 | R\$ | 6.530.656,98 |
| Caderno 2 | R\$ | 6.339.800,76 |
| Caderno 3 | R\$ | 4.388.081,17 |
| Caderno 4 | R\$ | 4.398.145,38 |
| TOTAL (R\$): | R\$ | 21.656.684,29 |
| | | |
| Materiais | Quantitativo de impressões | Valor Total da proposta (R\$) |
| VALOR TOTAL - LIVROS/CADERNOS | 1.685.144 | R\$ 21.656.684,29 |
| TOTAL: | 1.685.144 | R\$ 21.656.684,29 |



SEEPRC202545118V01



- Prazo de entrega: 40 dias úteis após Ordem de Produção
- Validade da proposta: 7 dias úteis

Santo André/SP, 25 de Março de 2026.



Ipsis Gráfica e Editora S/A

61 407 078/0001-10

IPSIS GRÁFICA E EDITORA S/A.

Rua Vereador José Nanci, 151
Parque Jaçatuba - CEP 09290-415

SANTO ANDRÉ - SP.



SEEPRC202545118V01